

CONDIÇÃO C EM KADIWÉU

Filomena Sandalo (UNICAMP & CNPq)

RESUMO

Este artigo analisa casos de aparente violação da Condição C em Kadiwéu e defende que o fenômeno é gerado por *backward raising*; isto é, alçamento não aberto de sujeito para sujeito. Embora a condição C não seja realmente violada, uma vez que o fenômeno envolve movimento, ela parece ser para quem está adquirindo tal língua. Assim, além de analisar tais estruturas que aparentam violar a Condição C, este artigo explora algumas consequências para a aquisição e contato linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Condição C, parâmetro da polissíntese, *backward raising*

1. INTRODUÇÃO

A condição C, que proíbe a coindexação de uma expressão referencial com uma expressão pronominal que a c-comande, é aceita como um princípio universal da gramática. No entanto, há línguas que permitem a coindexação de uma categoria vazia com uma expressão referencial c-comandada por ela, e que parecem, portanto, violar a Condição C da teoria da Ligação (Chomsky 1981). Este fenômeno é comum nas línguas polissintéticas (cf. Baker 1995).

Baker (1995) analisa o fenômeno a partir da língua polissintética norte-americana Mohawk, e postula o parâmetro da polissíntese. De acordo com o parâmetro da polissíntese, as línguas do mundo seriam divididas em duas tipologias em relação à estrutura argumental: (i) aquelas línguas cujos argumentos verbais são exclusivamente pronominais e (ii) línguas cujos argumentos são sintagmas nominais. De acordo com Baker (1995), todas as línguas polissintéticas são do primeiro tipo e, portanto, não há sintagmas nominais em posições argumentais nestas línguas e a Condição C não é verdadeiramente violada.

Esta não é, entretanto, a única resposta para o fenômeno. Polinsky & Postdam (2006, 2012) e Postdam & Polinsky (2012) adotam uma perspectiva diferente ao analisar a língua polissintética Adyghe, uma língua caucasiana do noroeste. Para estes autores, o fenômeno é explicado através de movimento sintático não aberto. Não há nada especial sobre a estrutura argumental das línguas polissintéticas nesta perspectiva, portanto.

Movimento não aberto é um fenômeno que, embora o deslocamento não seja fonologicamente visível, apresenta evidência sustentável através de testes sintáticos para a sua ocorrência (cf. Huang 1982). Os autores mencionados acima trazem fatos sintáticos e morfológicos que sustentam que o sujeito da oração complemento pode ser alçado não abertamente para a posição de sujeito da matriz, e rotulam tal fenômeno de *backward raising*. Nesta perspectiva, a coindexação de uma expressão referencial com uma categoria vazia em estruturas sintáticas hierarquicamente superiores é gerada através de movimento e não se trata, portanto, de violação da Condição C.

Este artigo investiga o fenômeno na língua polissintética brasileira Kadiwéu. Kadiwéu é uma língua da família Guaikurú falada no Mato Grosso do Sul. O artigo traz evidência contra a o parâmetro da polissíntese, e a favor de movimento não aberto de sujeito para posições argumentais.

O artigo respeita a seguinte organização. A seção 2 apresenta um histórico do estudo das línguas polissintéticas, apresentando e contextualizando no tempo as hipóteses de Baker e de Polinsky/Postdam, que serão retomadas e avaliadas a partir de dados do Kadiwéu. A seção 3 mostra que a hipótese do parâmetro da polissíntese faz previsões equivocadas a respeito dos contextos sintáticos de ocorrência da aparente violação da Condição C em Kadiwéu. Este texto desloca, então, o fenômeno do âmbito de uma análise paramétrica das linhas de Baker, trazendo evidência para *backward raising*, um fenômeno que pode ocorrer independentemente da tipologia morfológica da língua. Para tanto, a seção 4 apresenta dois testes experimentais que indicam que se trata de um fenômeno de sujeito, e a seção 5 mostra que há fenômenos de ilha que favorecem uma análise de alçamento de sujeito como proposto por Polinsky & Postdam. Finalmente, na seção 6, há algumas considerações sobre aquisição de linguagem e contato linguístico com base nos experimentos apresentados na seção 3, afinal, embora a condição C não seja realmente violada, ela parece ser para quem está adquirindo a língua.

2. UM HISTÓRICO DO ESTUDO DAS LÍNGUAS POLISSINTÉTICAS

Uma olhada superficial na sintaxe das línguas naturais nos mostra que há línguas que seguem uma ordem fixa de constituintes e línguas que seguem uma ordem bastante variável de constituintes. Hale (1983) reuniu sob o rótulo de não-configuracionais as línguas do segundo tipo. A possibilidade de existir línguas verdadeiramente não-configuracionais (isto é, onde uma configuração sintática inexistente), entretanto, questiona a premissa básica do gerativismo de que relações sintáticas são definidas estruturalmente. Assim, as línguas com uma ordem variável de constituintes passaram a receber uma atenção especial dos gerativistas na década de oitenta.

As línguas que receberam o rótulo de não-configuracionais podem ser sub-divididas em dois blocos principais: aquelas com morfologia muito rica (polissintéticas) e aquelas cuja morfologia é pobre. Desde Saito (1985), entretanto, as línguas do segundo bloco (de morfologia pobre) deixaram de ser vistas como não-configuracionais. A aparente ordem livre de constituintes destas línguas tem sido demonstrada ser derivada de movimentos sintáticos em uma estrutura frasal fixa presente na estrutura subjacente. Este tipo de abordagem justifica-se pelo fato de estas línguas nunca violarem nenhum princípio da Teoria da Ligação (Chomsky 1981), evidenciando uma estrutura configuracional. As línguas polissintéticas, no entanto, apresentam estruturas que aparentam violar a Condição C da Teoria da Ligação, e este fato impediu a mesma argumentação para estas línguas que continuaram a ser vistas como não-configuracionais na década de oitenta.

Em várias línguas polissintéticas, um sujeito nulo pode ser coindexado com um sintagma nominal em posições c-comandadas por este sujeito, como mostra o exemplo (1), da língua Mohawk, conforme apresentado por Baker (1995). Baker argumenta que, embora a expressão referencial *Sak* esteja dentro do sintagma possessivo que é o argumento interno do verbo, ela pode ser interpretada como coindexada ao sujeito nulo ($\langle \rangle$) do mesmo verbo. Segundo Baker, a sentença significa ‘*Ele_i quebrou aquela faca de Sak_i*’, isto é, a estrutura pode ser interpretada como ‘*Sak quebrou aquela sua faca*’. Note que em uma sentença similar do português, *quebrou aquela faca do João*, a mesma interpretação do Mohawk não está disponível.

(1) Mohawk (Baker 1995: 46)

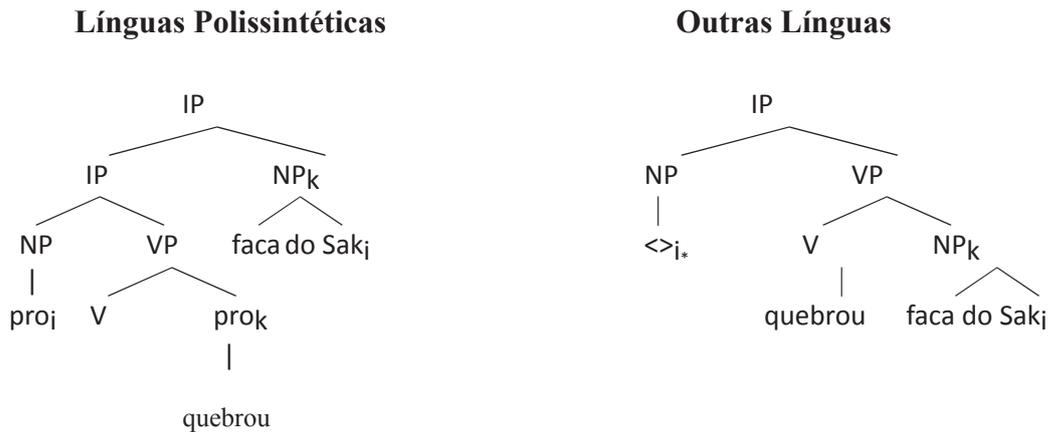
$\langle \rangle$ wa'tháya'ke' ne thíka Sak raó-[a]'.
 _i quebrou neutro that Sak_i faca

$\langle \rangle$ quebrou aquela faca do Sak_i
 = ‘Ele_i quebrou aquela faca do Sak_i’.

Com o questionamento da Hipótese Lexicalista de Chomsky (1970) (cf. Anderson 1982, 1992), segundo a qual a sintaxe seria cega para a morfologia, surge a primeira tentativa de abordar as línguas polissintéticas dentro do gerativismo. Jelinek (1984) explica as propriedades das línguas não-configuracionais/polissintéticas propondo que as línguas escolhem os elementos que podem funcionar como argumentos verbais. De acordo com Jelinek, clíticos e afixos pronominais (i.e. morfologia flexional) são visíveis para a sintaxe de línguas polissintéticas funcionando como argumentos verbais; sintagmas nominais são adjuntos, e portanto eles podem assumir qualquer ordem ou ser omitidos. Esta proposta é bastante controversa, entretanto. A existência de morfologia flexional funcionando como argumentos continua questionando a premissa gerativista de que relações sintáticas são estabelecidas estruturalmente. Uma análise alternativa é dizer que os morfemas verbais não substituem os argumentos convencionais, mas que não-configuracionalidade não é nada mais que um caso obrigatório de *pro-drop*. Baker (1995) argumenta a favor de tal perspectiva. Segundo ele, sintagmas nominais são adjuntos em Mohawk, mas ele nega que a flexão verbal possa funcionar como argumentos. De acordo com Baker, os argumentos verbais são a categoria vazia pronominal *pro* que ocupa todas as projeções verbais.

Temos, segundo Baker, um macroparámetro onde línguas polissintéticas são aquelas onde sintagmas nominais são sempre gerados como adjuntos (uma categoria vazia é gerada nas posições argumentais), enquanto as outras línguas têm sintagmas nominais gerados em posições argumentais:

(2) Estrutura sintática segundo Baker (1995):



Nesta interpretação, uma estrutura do tipo $\langle \rangle_i$ *quebrou a faca do Sak_i* é possível porque *pro* não c-comanda o sintagma *a faca do Sak*, o qual é um adjunto. Assim, a Condição C não é verdadeiramente violada e os princípios da Teoria da Ligação permanecem como universais linguísticos.

Restabelece-se, assim, uma configuração sintática, mas uma língua polissintética como Mohawk (e as outras línguas polissintéticas) continua sendo vista como uma língua especial porque os sintagmas nominais são tidos como adjuntos, não participando, portanto, de nenhuma configuração sintática.

Mais recentemente, uma outra hipótese foi levantada que mantém que a estrutura argumental da línguas polissintéticas não difere substancialmente da de outras línguas e explica a aparente violação da Condição C. Observem os exemplos abaixo da língua Adyghe, de Postdam & Polinsky (2012), em (2a-b). Note que ambos os exemplos significam *'Eles começaram a me guiar.'* Ou seja, há duas formas de dizer esta sentença em Adyghe. Os colchetes [] marcam os limites da sentença subordinada segundo a análise dos autores para auxiliar o processamento do leitor:

(3) Adyghe (Postdam & Polinsky 2012:76)

(a) $\langle \rangle_i$ [a-xe-me_i se s-a-š'e-new] Ø-fjež'a-~~te~~e-x
 [DEM-pl-ERG.pl 1sg.ABS 1sg.ABS-3pl.ERG-guiar-INF 3ABS-começar-pass-3pl.ABS]

(b) a-xe-r_i [$\langle \rangle_i$ se s-a-š'e-new] Ø-fjež'a-~~te~~e-x
 DEM-pl-ABS 1sg.ABS 1sg.ABS-3pl.ERG-guiar-INF 3ABS-começar-pass-3pl.ABS

Os autores chamam a atenção para o fato de o pronome demonstrativo ter marcação morfológica de caso distinta de acordo com o fato de estar na oração matriz ou subordinada. Em (2a), o demonstrativo está na encaixada e é marcado com caso ergativo (i.e. sujeito do verbo transitivo guiar). Em (2b), o demonstrativo pertence a oração principal (i.e. sujeito do verbo inacusativo começar) e é marcado com caso caso absoluto. Notam também que se o sujeito da principal é nulo ($\langle \rangle$), o sujeito da subordinada é preenchido, e vice-versa. E, então, notam que é simples argumentar que em (2 b) estamos diante de movimento sintático do argumento externo da oração subordinada para a posição de sujeito da principal: (a) o verbo começar é inacusativo e, portanto, não tem um argumento

externo, e (b) a estrutura é biclausal e o caso morfológico evidencia a qual sentença (principal ou subordinada) pertence o sujeito aberto. Como não há dois argumentos externos na estrutura, há movimento de sujeito.

Os autores defendem, então, que também em (2 a) temos movimento, embora este movimento seja encoberto neste caso. Em Polinsky & Postdam (2012), eles reafirmam ainda o alçamento não aberto através de testes de restrições de movimento.

É bastante aceito que há movimentos não abertos em sintaxe, como defendeu Huang (1982) para movimentos A-barras. Polinsky & Postdam (2006, 2012) e Postdam & Polinsky (2012) argumentam que, embora mais raros, casos de movimento não aberto de sujeito para posições argumentais ocorrem e eles propõem que este é o caso de Adyghe. Os autores assumem a seguinte perspectiva de movimento não aberto (Polinsky & Postdam 2012:5):

“The idea that a chain of movement consists of links (copies), all of which have full phonological, morphological, and syntactic representations. Under this approach, the difference between covert and overt movement lies in which link in the chain is pronounced. Overt movement is the pronunciation of the highest link, while covert movement is the pronunciation of a non-highest link in a chain.”

Esquematisando, movimento aberto e não aberto diferem apenas em qual argumento é apagado na Forma Fonológica:

- (4) Movimento aberto DP... $\bar{D}P$
 Movimento não aberto $\bar{D}P$...DP

Nesta perspectiva, a coindexação de sujeitos da principal e da subordinada se deve a movimento sintático, e a aparente violação da Condição C se deve ao fato de que a cópia mais alta pode ser apagada em Adyghe. Postdam & Polinsky (2012) apresentam a seguinte representação para as sentenças em (3):

- (5) Representação de movimento não aberto e aberto de Postdam & Polinsky (2012)

~~a-xe-#~~ [a-xe-me se s-a-š'e-new]
 DEM-PL-ABS DEM-PL-ERG.PL 1SG.ABS 1SG.ABS-3PL.ERG-lead-INF
 \emptyset -fjež'a-xe-x.
 3ABS-begin-PAST-3PL.ABS
 'They began to lead me.'

a-xe-~~r~~ [~~a-xe-me~~ se s-a-š'e-new]
 DEM-PL-ABS DEM-PL-ERG 1SG.ABS 1SG.ABS-3PL.ERG-lead-INF
 \emptyset -fjež'a-xe-x
 3ABS-begin-PAST-3PL.ABS
 'They began to lead me.'

Em suma, nesta hipótese, as línguas polissintéticas são configuracionais, e o fenômeno é explicado através de um processo bastante conhecido nas línguas do mundo: deslocamento sintático.

No Kadiwéu, o fenômeno da coindexação de um sujeito nulo com estruturas c-comandadas por ele parece ser ainda mais produtivo, ocorrendo também com verbos transitivos.

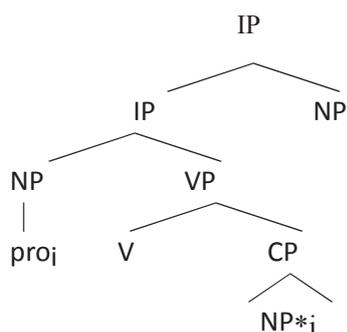
3. KADIWÉU E O PARÂMETRO DA POLISSÍNTESE

Kadiwéu é uma língua polissintética clássica na visão de Sapir (1933). Segundo Sapir (1933:128), “uma língua polissintética, como seu nome implica, é mais que ordinariamente sintética. A elaboração de uma palavra é extrema. Conceitos que nós nunca sonharíamos em tratar de uma maneira subordinada são simbolizados por afixos derivacionais ou mudanças “simbólicas” no elemento radical, enquanto noções mais abstratas, incluindo relações sintáticas, podem também ser transmitidas pela palavra.” De fato, Kadiwéu não conta nem mesmo com adposições livres. A língua conta com um complexo sistema de aplicativos e de direcionais na morfologia verbal. A ordem de constituintes é bastante livre se o argumento interno for de terceira pessoa, embora a ordem predominante é SVO nesta situação. Se o argumento interno for de primeira ou segunda pessoa, a ordem é SOV obrigatoriamente.

Como visto acima, Baker propõe que as línguas polissintéticas têm uma estrutura sintática substancialmente distinta de qualquer outra tipologia linguística, e assume com Jelinek (1984) que sintagmas nominais são gerados na base como adjuntos nestas línguas, como vimos em (2).

A proposta de Baker, entretanto, faz previsões equivocadas a respeito de quando uma categoria vazia pode ser coindexada com um sintagma nominal em aparente violação da Condição C para o Kadiwéu. Baker prevê que a coindexação de uma categoria vazia na oração principal com um substantivo em uma cláusula complemento é impossível, uma vez que um *pro* na principal pode c-comandar qualquer elemento da sentença complemento:

(6) Baker 1995



Estas estruturas, entretanto, são gramaticais na língua polissintética Kadiwéu, como demonstrado em (7).¹

1. O verbo transitivo concorda com o sujeito se o argumento interno for de terceira pessoa, este tipo de concordância é aqui marcada como SUJ. No entanto, esta é uma língua com um complexo sistema de hierarquia de pessoa, e o verbo concorda com o objeto se este for de segunda ou primeira, dado que o argumento externo seja de terceira pessoa. Se os argumentos verbais forem primeira e segunda pessoa, o verbo concorda com a segunda pessoa, exceto se o argumento interno for primeira pessoa plural. Para um entendimento mais claro de concordância nesta língua, ver Nevins & Sandalo (2011). O verbo intransitivo tem marca de sujeito transitivo (verbo inergativo) ou intransitivo (verbo inacusativo); há verbos inacusativos que são marcados com concordância de objeto, entretanto. A concordância com sujeito e objeto estão em distribuição complementar, mas é sempre obrigatória em verbos matrizes e encaixados. Há ainda a concordância com argumentos aplicativos. Um aplicativo é aqui marcado de APL.

(7)	yowoGodi	me	yema:	João	Maria
	y-owo-God	me	y-ema:n	João	Maria
	3SUJ-saber-tran	COMP	3SUJ-gostar	João	Maria

◇_i sabe que João_i gosta de Maria
 ‘João sabe gostar de Maria.’

Seria possível questionar se a oração encaixada em (7) é realmente uma oração complemento. Se esta oração fosse um adjunto à sentença matriz, a análise de Baker ainda poderia ainda ser mantida para o Kadiwéu, uma vez que a coindexação de uma argumento na oração matriz com um sintagma nominal em uma oração adjungida ao IP não violaria a Condição C (cf. I saw her_i before Mary_i died). Entretanto, a análise da oração encaixada acima como uma oração complemento é corroborada pelo fato de permitir extração. O exemplo em (8) mostra que orações encaixadas introduzidas pelo complementizador *me* permitem extração. O exemplo (9) mostra que extrações de dentro de uma oração adjunto são impossível no Kadiwéu, como em qualquer outra língua.

(8)	igamei	me	yema:	me	inoqe
	<i>igamei</i>	<i>me</i>	<i>y-ema:n:</i>	<i>me</i>	<i>y-no-qen</i>
	onde	COMP	3SUJ-querer	COMP	3SUJ-quebrar-tran

Joao lod:a:jo?

Joao l-od:a:jo

João 3POSS-faca

‘Onde_i ele quer que ele quebre a faca do João t_i?’

(9)	*igamei	me	dapa:we	le:Godi	Maria	Yaqadi
	<i>ig-ame-i</i>	<i>me</i>	<i>ø-d:-apa:we</i>	<i>le:Godi</i>	<i>Maria</i>	<i>y-aqad</i>
	onde	COMP	3INTR-inverso-gritar	porque	Maria	3SUJ-encontrar

napalwaGa?

napalwa-Ga

barro-pl

O fato de orações iniciadas pelo complementador *me* permitirem extração suporta a análise de que estas sentenças são, de fato, complementos verbais.

Veja ainda que as sentenças (8-9) corroboram uma análise de movimento tipo QU porque mostram que Kadiwéu segue a mesma restrição sobre movimento de línguas mais conhecidas. E, contra qualquer análise que queira postular que não estamos diante de movimento sintático nos dados acima, o exemplo (10) mostra que a extração de longa distância de um elemento QU é impossível se a posição COMP intermediária estiver preenchida:

(10)	*igamei	Maria	me	yatemati	Pedro	naGa
	<i>igame-i</i>	<i>Maria</i>	<i>me</i>	<i>y-atemati</i>	<i>Pedro</i>	<i>naGa</i>
	onde	Maria	COMP	3SUJ-contar	Pedro	COMP
	yoe		di:m:igi?			
	<i>y-oen</i>		<i>di:m:igi</i>			
	3SUJ-fazer		casa			

* Onde_i Maria disse quando Pedro construiu uma casa t_i?’

Em suma, a hipótese de Baker prevê que a coindexação de um sujeito nulo com uma expressão referencial mais baixa na hierarquia sintática não possa ocorrer se a expressão referencial estiver dentro de uma oração complemento, como demonstra a representação em (6). E este não é o caso em kadiwéu definitivamente.

Note ainda para finalizar esta seção, que Sandalo (1996) tomou a possibilidade de coindexação de um sujeito vazio da oração matriz com um sujeito da oração complemento como evidência em favor de Jelinek (1984). Se os argumentos nas línguas polissintéticas fossem morfemas flexionais, isto é, afixos e clíticos pronominais, a gramaticalidade da sentença (7) poderia ser explicada: uma vez que os argumentos estariam dentro de V^o, eles não poderiam c-comandar elementos na oração complemento e não haveria violação da Condição C. No entanto, a hipótese de Jelinek é também insuficiente para os dados do Kadiwéu. Os dados abaixo mostram que sujeitos não podem sofrer topicalização em Kadiwéu²

(11)	* Ana,	Maria	me:	me	dabaqenaGa.
	<i>Ana</i>	<i>Maria</i>	<i>y-me:n</i>	<i>me</i>	<i>ø-d:-baqen-Gan</i>
	Ana	Maria	3SUJ-disse	COMP	3INTR-inverso-lavar roupa-intr

‘Ana_i, Maria disse que <>_i lavou roupa.’

Note que os argumentos internos não são sujeitos a este tipo de restrição na mesma língua. Se todos os sintagmas nominais fossem realmente gerados como adjuntos em todas as línguas polissintéticas, nenhum tipo de assimetria entre sujeitos e objetos deveria ser atestada nesta tipologia (uma vez que sujeitos e objetos seriam igualmente adjuntos). A assimetria observada acima mostra que qualquer proposta que assuma que sintagmas nominais são sempre adjuntos em todas as línguas polissintéticas deve estar equivocada, apresentando, assim, evidência contra a proposta dos argumentos pronominais como um todo, seja na sua versão original (Jelinek 1984) ou a versão revisada de Baker (1995), para explicar os fatos do Kadiwéu aqui tratados.

Faz-se necessário buscar uma análise alternativa que possa capturar os contextos de ocorrência da aparente violação da Condição C em Kadiwéu.

2. Note que a sentença em (11) é gramatical se Ana for interpretado como um vocativo, ao invés do sujeito da encaixada.

4. FENÔMENO DE SUJEITO

Esta seção mostra que a possível violação da Condição C em Kadiwéu é um fenômeno exclusivamente de sujeito, e este fato precisa ser capturado teoricamente.

Evidência de que se trata de um fenômeno de sujeito vem de experimentos de Sandalo & Gordon (1999). Os autores desenharam dois experimentos controlando expressões referenciais na posição de sujeito e de objeto na interpretação de sujeitos nulos. Trata-se de pequenas histórias interpretativas apresentadas para 31 falantes monolíngues em Kadiwéu e 18 Kadiwéus falantes de português como primeira língua. Testamos ainda 30 sujeitos não Kadiwéu falantes exclusivamente de português para controle. Apresento abaixo as histórias:

Elyodo Joao owidi libaqetedi. Oda domaGa yema: Joao iwilegi lanodi. Oda me:ta Joao iwilegi GoniGinodi. NiGidiaGidi oda nGajo elyodo Joao jGigo iwi dantaGa igodi me iwilegi Ginodi.

Estória 1

“A mãe de João tinha muito trabalho a fazer. Então ela quis que João lavasse os pratos. E disse para o João lavar os pratos. Mais tarde ela voltar para ver se João havia lavado os pratos.”

A seguinte sentença foi dada com a pergunta “quem disse que João lavou os pratos?”.

(12)	me:	me	João	yiwilegi	Ginodi
	y-me:n	me	João	y-iwilegi	Gino-di
	3SUF-dizer	COMP	João	3SUF-lavar	prato-pl

◊ disse que João lavou os pratos.

Buscava-se aqui verificar se os falantes fazem a coindexação do sujeito nulo com a expressão referencial *João* na subordinada. Neste caso, os falantes deveriam responder ‘João’ (i.e. João disse que lavou os pratos). No caso de não haver coindexação, a resposta seria ‘a mãe’ (i.e. A mãe disse que João lavou os pratos).

Ika noqo ika Paulo yawaligeGe aka dom:o:jya, niGin:a naGa n:ad:i Jose me icomaGatike ika lad:igod:i. NGaka laqata oda Paulo ja niqoGeti nidom:ojya. Jose enitini.

Estória 2

“Um dia Paulo estava dirigindo um carro, quando viu José atravessando a rua. Neste momento Paulo parou o carro. José caiu.”

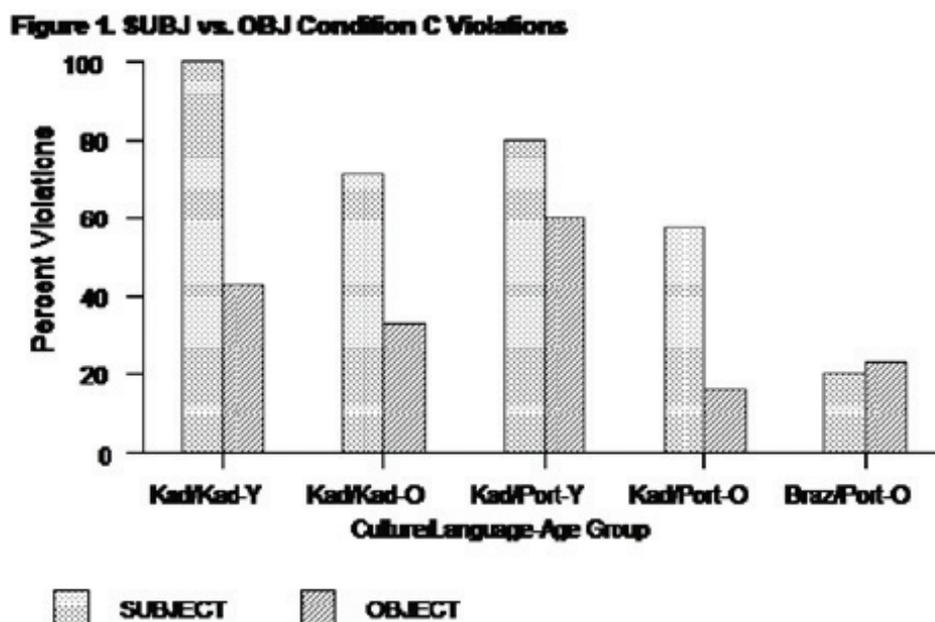
E a seguinte sentença foi apresentada com a pergunta “Quem disse que o carro atingiu José?”.

(13) me: me yamaGati domo:jia José
 y-me:n me y-amaGati domo:jia José
 3SUIJ-dizer COMP 3SUIJ-bater carro José

◇ disse que carro atingiu José.

Neste caso, a resposta seria *José* no caso de ocorrer coindexação do sujeito nulo com a expressão referencial *José* na subordinada, e *Paulo* no caso de a coindexação não ocorrer.

Os resultados mostram que 77% dos falantes de Kadiwéu permitem coindexação entre o sujeito vazio da oração principal com um sintagma nominal na encaixada quando este sintagma é sujeito, e apenas 35% quando objeto. Há uma clara assimetria entre sujeito e objeto. Surpreendentemente, obtivemos o mesmo resultado entre Kadiwéus que adquiriram português como primeira língua (67% e 30% respectivamente) e este fato será discutido na seção 4. Testamos falantes monolíngues em português em São Paulo para controle e notamos que estes falantes não apresentam liberdade em coindexação e nem mesmo uma assimetria entre sujeito e objeto (20% e 24% respectivamente). Os resultados estão resumidos na Figura 1 abaixo retirada de Sandalo & Gordon (1999). Note que dividimos os falantes com o rótulo Y e O. O rótulo Y indica crianças de quatro a sete anos e voltaremos nesta questão, e na importância em se dividir os falantes por idade, na seção 4, quando discutiremos algumas questões de aquisição. Os falantes foram divididos em kad/kad para falantes monolíngues em Kadiwéu, e Kad/Port para Kadiwéus falantes de português. E Braz/Port para outros brasileiros falantes apenas de português. Testamos trinta sujeitos nesta última situação.



Os resultados indicam uma clara assimetria entre sujeito e objeto, sendo que o sujeito é aquele que permite a coindexação com uma expressão referencial c-comandada.

5. EFEITOS DE ILHA E MOVIMENTO

A possibilidade de haver coindexação de apenas sujeitos nos faz pensar na hipótese de alçamento. Testamos, assim, efeitos de ilhas (cf. Ross 1967) para tentar verificar a hipótese. De fato, em Kadiwéu, não pode haver a coindexação de um sujeito nulo na matriz com nenhum sintagma nominal dentro de uma relativa³:

- (14) yema: iwa:lo ane yema: João loda:jo
y-ema:n iwa:lo ane y-ema:n João l-oda:jo
 3SUIJ-gostar mulher relativo 3SUIJ-amar João 3POSS-faca

◇_{*_i} gosta da mulher que quer a faca de João_i.
 ◇_{*_i} gosta da mulher que quer a faca de João_i.
 ‘Alguém gosta da mulher que quer a faca do João’

Recuperamos aqui uma sentença que demonstra que a estrutura é totalmente possível se a encaixada é um complemento do verbo:

- (15) yowoGodi me yema: João Maria
y-owo-God me y-ema:n João Maria
 3SUIJ-saber-tran COMP 3SUIJ-gostar João Maria

◇_i sabe que João_i gosta de Maria
 ‘João sabe gostar de Maria.’

O fato de a coindexação não ser possível entre um sujeito nulo e uma expressão referencial dentro de uma relativa, mas ser permitido em encaixadas complementos, indica fortemente que estamos diante de fenômenos de deslocamento sintático. Argumento adicional será dado através do tipo de complementizador envolvido nas estruturas analisadas.

Note que controle em Kadiwéu pode ter a mesma estrutura:

- (16) yema: me João yematitalo Maria
y-ema:n me João y-emati-te-lo Maria
 3SUIJ-querer COMP João 3SUIJ-contar-3APL-benefactivo Maria

‘João quer contar para Maria.’

As frases onde a aparente violação da Condição C ocorre foram traduzidas por um falante nativo de Kadiwéu como frases de controle em português:

3. Veja mais adiante, na discussão sobre estruturas de posse, que um possuidor pode ser alçado para a posição de sujeito em kadiwéu se o sintagma de posse não estiver dentro de uma relativa (cf. exemplos (28) e (32)).

(17)	yowoGodi	me	yema:	João	Maria
	<i>y-owoGod</i>	<i>me</i>	<i>y-ema:n</i>	<i>João</i>	<i>Maria</i>
	3SUJ-saber	COMP	3SUJ-gostar	João	Maria

João sabe gostar de Maria.

A intuição do falante nativo trouxe uma luz para o entendimento da sintaxe das estruturas onde a Condição C parece ser violável. O Kadiwéu marca três tempos: o uso do complementizador *nige* indica futuro, o uso do complementizador *naGa* indica passado e o uso do complementizador *me* indica subordinação temporal à oração principal e não carrega em si especificação temporal:

(18)	meji	Maria	naGa	dabaqenaGa.
	<i>j-me:n</i>	Maria	naGa	<i>ø-d:-baqen-Gan</i>
	1SUJ-dizer	Maria	COMP	3INTR-inverso-lavar-valência
	'Eu disse que Maria lavou roupa.'			

(19)	Maria	yatemati	Pedro	nige	yoe	di:m:igi.
	<i>Maria</i>	<i>y-atemati</i>	<i>Pedro</i>	<i>nige</i>	<i>y-oen</i>	<i>di:m:igi</i>
	Maria	3SUJ-contar	Pedro	COMP	3SUJ-fazer	casa

(20)	Maria	ibaqe	nod:a:jo	me	yel:oadi	oqoqodi.
	<i>Maria</i>	<i>y-ba:-qen</i>	<i>n-od:a:jo</i>	<i>me</i>	<i>y-el:ew-adi</i>	<i>oqoqodi</i>
	Maria	3SUJ-lavar-tran	alnbl-faca	COMP	3SUJ-morrer-tran	galinha

Maria usou uma faca para matar uma galinha.

Segundo Chomsky (1998), a categoria *v* e o T finito possuem um conjunto de traços- Φ i completos, podendo checar estes traços com os traços de um dado sintagma nominal, licenciando-o. O T não-finito, contudo, possui apenas um conjunto incompleto de traços- Φ i, o que impossibilita a eliminação do traço de Caso de um sintagma nominal no especificador de um T não-finito. O resultado é que mesmo após ser atraído para o especificador de um T não-finito, um sintagma nominal permanece ativo para o sistema computacional, podendo continuar a ser movido. Hornstein (1999), trabalhando dentro do quadro minimalista, apresenta uma análise de controle explorando tal ideia. Hornstein argumenta contra a teoria de controle, presente na teoria de Regência e Vinculação e nas primeiras fases do Minimalismo, e propõe que uma sentença como *Maria quer comprar cigarros* seja derivada através do alçamento da oração encaixada para a matriz.

Os efeitos de ilha sugerem movimento sintático nas estruturas que estamos analisando do Kadiwéu. E fato de o complementizador que ocorre nas situações analisadas ser *me*, justamente aquele que é subespecificado para tempo, corrobora a hipótese de que esta é a situação. A diferença é que, no Kadiwéu, o movimento é não aberto.

Polinsky & Postdam (2012) afirmam o seguinte:

“Overt A-movement phenomena such as subject-to-subject raising, passive, and unaccusative advancement are robustly attested crosslinguistically; however, clear cases of covert A-movement are rare”.

Os autores, entretanto, demonstram que o fenômeno ocorre em línguas caucasianas do noroeste. Eles argumentam que o sujeito pode sofrer movimento não aberto nestas línguas e rotulam o fenômeno de “*backward raising*”, como vimos acima. Os fatos do kadiwéu indicam que temos aqui o mesmo fenômeno.

Há ainda uma outra situação na qual a Condição C aparenta ser violada que traz sustentação adicional para a hipótese de que o fenômeno do Kadiwéu é o mesmo rotulado de *backward raising* por Polinsky & Postdam: a aparente violação da Condição C pode ocorrer com estruturas de posse inalienável, mas não pode em estruturas de posse alienável.

Antes de demonstrar o porquê de estas estruturas trazerem contribuição adicional para a hipótese, faz-se necessário descrever as construções de posse nesta língua. Em Kadiwéu, posse inalienável é marcada pela presença de um prefixo de pessoa (*i-* ‘primeira pessoa’, *Gad-* ‘segunda pessoa’ e *l-* ‘terceira pessoa’). Posse alienável é marcada pela presença do morfema *n-*. Sandalo (1997), ao descrever o Kadiwéu, diz que há três classes de nomes nesta língua:

“Class I, nouns that must be possessed and do not take a prefix *n-*; Class II, nouns that can be possessed and that take the prefix *n-*; Class III, nouns that are never possessed, and refer to things from nature, e.g. storm, rain, and river. The prefix *n-* is a classifier that marks alienably possessed nouns.”

Embora os nomes possam ser classificados em três diferentes classes, nomes inalienavelmente possuídos podem ser derivados em posse alienável pelo acréscimo do prefixo *n-*:

(21) João liba:Gadi ‘mão do João’

(22) João nibaGadi ‘mão do João que está solta do corpo, pode ser troféu de guerra’

Assim, em Kadiwéu, *faca* é normalmente inalienável, tendo um possuidor único, mas pode também ser marcada como alienável e, neste sentido, é a *faca* de outra pessoa tomada emprestada:

(23) João l-oda:jo

(24) João n-oda:jo

Note agora que o morfema que Sandalo (1997) anotou como um classificador, que marca posse inalienável, pode ser também associado a verbos transitivos e a qualquer nome inalienável de maneira produtiva. No caso de verbos transitivos, uma antipassiva é gerada:

(25)	yeligo	lalanja
	y-eligo	lalanja
	3SUJ-comer	laranja

‘Ele come laranja.’

Com nomes inalienáveis mais clássicos:

(30) yaqagedi João liba:Gadi
'<>_i cortou a mão do João_i (=João cortou sua mão)'

(31) yaqagedi João niba:Gadi
'<>_{*i} cortou a mão do João_i (=alguém cortou a mão que pertence ao João)'

Note ainda que é possível haver coindexação de longa distância em posse inalienável, sugerindo deslocamento cíclico de longa distância:

(32) <> me: me <> inoqe João loda:jo.
'<>_i disse que <>_i quebrou a faca do João_i'

Uma análise de posse inalienável que permite alçamento não é nova na literatura linguística. Nunes & Floripi (2009) adotam uma análise de posse inalienável que defende o alçamento de possuidor no português:

“We show that in absence of islands separating a null possessor from its antecedent, null possessors display properties of obligatory control and, following Hornstein (2001), we analyze these instances of null possessors as traces of movement to A-positions.”

Em suma, os fatos de posse em Kadiwéu indicam uma estrutura de alçamento não aberto (i.e. com possibilidade de apagamento da cópia mais alta na estrutura hierárquica). Ou seja, não se trata de verdadeira violação da Condição C, mas de deslocamento de sujeito. Os fatos sugerem ainda que não há nada de tão especial na sintaxe de línguas polissintéticas, sugerindo que o parâmetro da polissíntese seja abandonado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM E CONTATO LINGUÍSTICO

Há evidência, assim, para manter a universalidade da Condição C. Mas, ser inato significa não necessitar de um mecanismo detalhado de aquisição? Mesmo que a Condição C não seja realmente violada, ela certamente parece ser para quem ouve as sentenças aqui estudadas.

Uma hipótese bastante discutida na literatura é a de que a criança assume um parâmetro *default* que pode ser alterado, se necessário, de acordo com a exposição a dados (cf. Gibson and Wexler, 1994). De acordo com esta abordagem, a criança deveria assumir que a Condição C e proibir a vinculação de um elemento nulo, <>, com expressões referenciais c-comandadas. Mais tarde, a estrutura específica da língua seria adquirida.

Voltemos aos dados da Figura 1. Observa-se em falantes de 4 a sete anos (Y) que a Condição C já aparenta ser violada. E ainda, os dados mostram que crianças pequenas falantes de Kadiwéu permitem mais violações que os outros sujeitos. Os fatos do Kadiwéu, portanto, acenam contra esta hipótese. Uma alternativa seria pensar que o parâmetro inicial seria iniciar violando a Condição C, mas note

que um estudo feito anteriormente mostra que crianças tão jovens quanto dois anos obedecem a Condição C (Crain & McKee 1985).

Uma outra alternativa que, no momento, parece mais adequada aos fatos, seria pensar em modelos de aquisição baseados em pistas (*cue-based approach*). Neste caso, a criança não inicia com nenhum parâmetro em particular e as restrições de vinculação são capturadas via pistas de outros aspectos da línguas que vão sendo adquiridos. Um estudo mais detalhado em aquisição deveria observar quais seriam tais pistas.

Os dados do Kadiwéu trazem ainda uma outra contribuição para a aquisição. Outro dado interessante da Figura 1 que merece atenção é o fato de que crianças Kadiwéu falantes de português como primeira língua também violam a Condição C, ao contrário de outros falantes de português. Tais sujeitos são falantes de um português adquirido na aldeia e são bilingues, embora o português tenha sido falado primeiro. Devemos levantar a hipótese aqui que pode haver um processo de contato linguístico que precisa ser melhor entendido. Por que o português é assimilado ao Kadiwéu? É importante notar que a maioria das crianças falam Kadiwéu como primeira língua, embora o português seja a língua mais usada pelas crianças atualmente na escola. E português é usado como segunda língua por quase todos os adultos. Os falantes de Kadiwéu mais velhos usam Kadiwéu predominantemente. Os adultos aprenderam português como segunda língua e é possível que este português sirva de um modelo empobrecido para as crianças. Nesta perspectiva, as crianças assimilam o Kadiwéu, que dominam, ao português empobrecido que recebem, criando uma nova variedade do português, uma variedade que sofre influência de contato. Enfim, a situação de contato linguístico envolvida aqui sugere que parâmetros muito sutis (e não macro-parâmetros) podem ser parte do processo de como uma língua interfere na outra, como, por exemplo, um português que passa a aceitar movimento não aberto de sujeito.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um estudo sobre violação da Condição C em uma língua polissintética falada no Brasil traz várias contribuições para a linguística, uma vez que mostra que o parâmetro da polissíntese não se sustenta. Os fatos indicam que o fenômeno é o mesmo das línguas analisadas por Polinsky & Postdam, mostrando que o fenômeno de alçamento não aberto de sujeito é menos raro do que parece. Um estudo mais abrangente do fenômeno pode ainda trazer contribuições interessantes para aquisição linguística, universalidade e mudança linguística e para um melhor entendimento de línguas polissintéticas.

CONDITION C IN KADIWÉU

ABSTRACT

This paper approaches Condition C violations in Kadiwéu and it argues that the phenomenon is generated via *backward raising*; that is, covert subject-to-subject raising. Although Condition C is not truly violated since covert movement is involved, it appears to be to whom is acquiring the language. Thus, in addition to analyze the structures involved, this paper approaches some implications to language acquisition and language contact.

KEY WORDS: Condition C, polysynthesis parameter, *backward raising*

REFERÊNCIAS

- Anderson, Steven (1982). Where is Morphology? *Linguistic Inquiry* 13. 571-612.
- Baker, Mark (1995). *The Polysynthesis Parameter*. Oxford: Oxford University Press.
- Chomsky, Noam (1970). Remarks on Nominalization. In: Jacobs, R. & P. Rosenbaum, *Readings in English Transformational Grammar*, ed. by R. Jacobs & P. Rosenbaum (eds). Waltham, MA: Ginn. .
- _____ (1981). *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- _____ (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- _____ (1998). Minimalist Inquiries: The Framework. *MIT Occasional Papers in Linguistics* 15.
- Crain S. & C. McKee (1985). Acquisition of structural restriction on anaphora. In S. Berman, J. McDonough (eds), *Proceedings of the 16th North Eastern Linguistics Society Meeting*. Amherst, Mass: Graduate Linguistics Student Association.
- Floripi, Simone & Jairo Nunes (2009). “Movement and Resumption in Null Possessor Constructions. In: Nunes, J. (org), *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*, 51-68. New York: John Benjamins.
- Guéron, J. (1984). Inalienable possession, PRO-inclusion and lexical chains. In: Guéron J; H. G. Obenauer & J.Y. Pollock (eds), *Grammatical representation*. Dordrecht: Foris, 43-86.
- Gibson, E. & Kenneth Wexler (1994). Triggers. *Linguistic Inquiry* 25. 407-454.
- Hale, Kenneth (1983). Walpiri and the grammar of nonconfigurational languages. *Natural Language and Linguistic Theory* 1. 5-49.
- Hornstein, Norbert (1999). Movement & Control. *Linguistic Inquiry* 30. 69-96.
- Huang, C.-T. J. (1982). *Logical relations in Chinese and the theory of grammar*. MIT Ph.D dissertation.
- Jelinek, Eloise (1984). Empty Categories, Case, and Configurationality. *Natural Language & Linguistic Theory* 2.39-76.
- Nevins, Andrew & Filomena Sandalo (2011). *Markedness* and morphotactics in Kadiwéu. [+participant] agreement. *Morphology* 21.2: 351-378
- Polinsky, Maria & E. Potsdam (2006). Expanding the scope of control and raising. *Syntax*. 9.171–192.
- _____. (2012). Diagnosing covert A-movement. In Lisa Cheng & Norbert Corver (eds), *Diagnostics in Syntax* (in press).
- Potsdam, E & Maria Polinsky (2012). Backward raising. *Syntax* 15.1: 75-108.

Ross, John R. (1967). *Constraints on variables in syntax*. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology.

Saito, Mamoru (1985). *Some asymmetries in Japanese and their theoretical implications*. MIT PhD dissertations.

Sandalo, Filomena & Peter Gordon (1999). Acquisition and Creolization of Condition C “violations” in Kadiwéu and Portuguese. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 36 (online).

Sandalo, Filomena (1996). A Grammar of Kadiwéu. University of Pittsburgh Ph.D. dissertation.

_____. (1997). *A Grammar of Kadiwéu with Special Reference to the Polysynthesis Parameter*. MIT Occasional Papers in Linguistics 11.

Sapir, Edward. (1933). *Language*.